

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Fortaleza - Comdica, realizada no dia 05 de junho do ano de dois mil e vinte, às 9:00hs, por meio do aplicativo Teams, com a participação dos seguintes conselheiros: Antônio Flauber (Associação Beneficente dos Moradores do Parque Universitário), Adriano de Holanda e Erbenice Ribeiro (Associação Nacional Criança não é de rua), Lucia Ângelo (Associação Santo Dias), Francimara Carneiro e Bruno de Sousa (Centro de Defesa a Criança e do Adolescente - Cedeca), Sandra Ferreira e Francisca Nobre (Conselho de Integração Social- Integrasol), Maria de Fátima e Cicera Maria (Federação de Triathlon do Estado do Ceará - Fetriece), Francisco Marques (Instituto Beatriz e Lauro Fiuza- IBLF), Aline Maglla (Instituto de Desenvolvimento Social e da Cidadania – Idesc), Francisca Evelyne (Instituto Terre Des Hommes – TDH), Lucas Ferreira (Projeto Comunitário Sorriso da Criança), Marcia Monte (Visão Mundial), Ana Célia Silvestre e Cristina Cardoso (Fundação da Criança e da Família Cidadã – Funci), Eveline de Oliveira (Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social-SDHDS), Lara Picanço (Secretaria Municipal de Educação - SME), Mairton Felix (Câmara Municipal de Fortaleza – CMF), Perpétua Amorim (Secretaria Executiva Regional I), Janne Mary (Secretaria Executiva Regional II), Régis Nogueira (Secretaria Executiva Regional IV), Jalsey Pereira (Secretaria Executiva Regional V), Maria do Carmo Barros (Secretaria Executiva Regional VI), Dr. Luciano Tonnet (Promotor de Justiça), e a presença dos técnicos do Comdica: Crisley Carvalho (Secretaria Executiva), Vanessa Ferrer (técnica das Comissões), Jéssica Frota (contadora), Clarissa Macambira (Gestora das Parcerias), Helder Vasconcelos (Advogado), Jeferson de Castro (Profissional da TI), Socorro Ramalho (Assistente Social) e Lilian Carvalho (advogada). Ausentes: Secretaria Municipal de Saúde – SMS e Secretaria Executiva Regional III. Iniciada a reunião, a Presidente Maria de Fátima cumprimentou os membros e sugeriu uma rodada de apresentações, em seguida informou que a ata da última reunião foi enviada por email e indagou se os conselheiros queriam que fosse realizada a leitura, o que foi convencionado pela leitura, considerando que a 1ª Secretária estava com problemas para acessar a reunião, a conselheira Cícera Maria realizou a leitura, em



seguida apenas a conselheira Francimara destacou pela substituição da palavra exploração sexual por violência sexual. Dando seguimento a Presidente iniciou a pauta: Plano municipal de enfrentamento a violência sexual de crianças e adolescentes, que foi um encaminhamento da Comissão de Politicas Públicas e Orçamento, e na oportunidade pediu que os integrantes da referida comissão se manifestassem. Conselheira Ana Célia esclareceu a necessidade de quórum qualificado de 2/3 de votos, pois se tratava de mudança de deliberação anterior, considerando que o Colegiado da gestão anterior havia deliberado pela construção de um plano único. Em seguida a Conselheira Francimara apresentou a proposta da Comissão da criação de um Grupo de trabalho, com a finalidade de definição de metodologia e coordenação da construção do Plano Municipal de Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, com duração de 01 ano, com a participação de dois membros do Comdica, sendo um representante de OSC e um OG, que coordenará o GT, bem como dos seguintes órgãos/instituições: Delegacia do Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes - DECECA, Programa Rede Aquarela, Defensoria Pública, Ministério Público, Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SDHDS, Fórum DCA. O Dr. Luciano sugeriu que fosse acrescentado um representante da 12ª Vara Criminal, logo após iniciou a votação, sendo aprovado por unanimidade dos votos. A Presidente seguiu com a segunda pauta Edital de CCR - Regulamentar o recebimento de documentação, tendo a Secretária Executiva informado que no final do ano passado o Comdica aprovou resolução pelo lançamento de Edital de CCR, o qual foi publicado pela FUNCI, e previa as inscrições presenciais com entrega de documentos físicos na sede do Comdica, o objetivo desta pauta seria aprovar resolução alterando a forma das inscrições e envio da documentação e projeto por meio virtual, através de email. Em seguida o advogado Helder fez a leitura da minuta da resolução de nº 26/2020, que trata da referida alteração. Tendo os conselheiros aprovado a referida Resolução. Foi sugerido pela conselheira Sandra um levantamento de todas as instituições que tiveram os registros vencidos dentro do período da pandemia, para que seja apreciada pelo Colegiado a possibilidade de renovação da resolução que regulamentou a prorrogação da validade do Registro. A Conselheira Ana Célia sugeriu que fosse inserida na pauta da reunião de julho sobre a prorrogação. A terceira pauta: Edital de apoio ao FIA Itaú - 2020, foi



uma solicitação da Comissão de Fundos que realizou uma análise do edital e tendo em vista o curto prazo de inscrição, optou por analisar os projetos com CCR válidos, verificar quais se adequavam ao edital, estabelecer critérios e selecionar um projeto. A Conselheira Márcia explicou a metodologia utilizada para análise: está alinhado com uma das 05 modalidades previstas no edital do Itaú, maior capacidade de atendimento de beneficiários e maior alcance de atendimentos de crianças e adolescentes, sendo verificado que 08 projetos estavam aptos a participar, tendo como fator de desempate as instituições que não receberam recurso nos últimos 4 anos. Assim o CCR de nº 08/2020, Projeto Semeando a Inclusão, do Instituto Moreira de Sousa foi o que obteve melhor pontuação, com 2 pontos e 411 crianças e adolescentes atendidos, assim foi proposta pela referida comissão a indicação do Projeto Semeando a Inclusão para participar da seleção do Edital de Apoio ao FIA Itaú 2020. A conselheira Ana Célia sugeriu a adição ao projeto de ações que contribuam para a garantia de direitos perante os desafios impostos pela pandemia do coronavírus, tendo sido aprovado por unanimidade dos votos a seleção do projeto, devendo a Instituição realizar os ajustes sugeridos pela conselheira Ana Célia. Abertos aos informes a Conselheira Sandra informou que está participando da campanha Ceará com vida juntamente com outras instituições. A Conselheira Francisca Evelyne informou que a Comissão de Cadastro se reuniu e sugeriu que fosse inserida uma pauta fixa das comissões. Foi sugerido ainda que fosse inserido um boletim, com resumo das reuniões das Comissões na página do Comdica. O Colegiado aprovou a divulgação do boletim, na qual cada comissão deverá elaborar o resumo e disponibilizar para a técnica enviar ao Portal. O Conselheiro Lucas relatou sua tristeza diante dos números de assassinatos contra crianças e adolescentes, solicitando um posicionamento do Conselho. Foi colocado em votação para acrescentar a pauta inerente ao posicionamento público, conforme determina o regimento interno o quórum de 2/3, sendo aprovada por unanimidade a inclusão da referida pauta. Foi sugerida a construção de uma nota pública com a referida temática, ficando os conselheiros Lucas, Francimara e Lara responsáveis pela elaboração da referida nota. A Conselheira Francimara sugeriu que fosse encaminhado um ofício para o Comitê Municipal de Homicídios na Adolescência, para cobrar as reuniões do dito Comitê. Foi solicitado o agendamento de reunião extraordinária, para o dia 11.06.2020, às 9 horas, com o viso de discussão das pautas:



aprovação do texto do posicionamento público sobre o número de homicídios envolvendo crianças e adolescentes e sobre o aniversário dos 30 anos do ECA. A conselheira Ana Célia informou que ontem o Comdica recebeu um ofício sobre inclusão de pauta do Fórum DCA inerente à solicitação de ações para debater a política de atendimento socioeducativo em meio aberto em período de isolamento social e pandemia, e explicou que nos termos do Regimento interno do Conselho, a pauta é fechada 05 dias antes da reunião e encaminhada aos conselheiros, os quais devem encaminhar suas discussões das Comissões com antecedência mínima de 10 dias, para emissão de parecer jurídico, quando necessário, e envio ao Colegiado, assim sugeriu que o referido ofício fosse remetido a Comissão de Politicas Públicas e Orçamento. A conselheira Francisca Evelyne solicitou que fosse discutido na reunião extraordinária. A conselheira Cristina informou que a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Atendimento Sócioeducativo estará se reunindo no dia 11/06 para discutir a mesma pauta, então ficou acordado que a pauta será discutida após a referida reunião. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada. Eu, Lara Picanço Menezes Mesquita, lavrei a presente ata.